

IGESPAR, I. P.

Instituto de Gestão do Património
Arquitectónico e Arqueológico

Divisão de Arqueologia
Preventiva e de Acompanhamento



Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Levantamento patrimonial e arqueológico Ilha da Berlenga (parte emersa)

**Jacinta Bugalhão
Sandra Lourenço**

Julho de 2007

Levantamento patrimonial e arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Agradecimentos:

António Teixeira

Marieta Soares

Veríssimo Pereira

Vigilantes da Natureza da Reserva Natural das Berlengas

Jean-Yves Blot

Índice

I Introdução

1. Equipa
2. Datas
 - 2.1. Prospeção e levantamento de campo
 - 2.2. Escavação
 - 2.3. Relatório
3. Enquadramento.
4. Objectivos

II Caracterização

5. Metodologia
6. Trabalhos realizados
7. Inventário
 - 7.1. Bairro Comandante Andrade e Silva (Bairro dos Pescadores)
 - 7.2. Gruta da Praia
 - 7.3. Gruta do Espanhol
 - 7.4. Moinho
 - 7.5. Figueiras
 - 7.6. Farol
 - 7.7. Cemitério
 - 7.8. Gruta do Forte
 - 7.9. Forte de São João Baptista
 - 7.10. Gruta do "Perna Fina"
 - 7.11. Horta dos Reformados
 - 7.12. Fundeadouro da Berlenga
 - 7.13. Achados Avulso

III Síntese

8. Valoração
9. Proposta de Salvaguarda
10. Conclusão
11. Bibliografia

Anexos

I Introdução

1. Equipa

Coordenação: Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Direcção de escavação: Jacinta Bugalhão, Sandra Lourenço e Gertrudes Zambujo

SIG: Nuno Caldeira

Topografia: Fernando Gonçalves

Equipa de campo: Sofia Gomes, Telmo Pereira, Marco Calado, Antónia Tinturé, António Sousa.

2. Datas

2.1. Prospeccção e levantamento de campo

10 de Maio de 2006 – Prospeccção

8 a 10 de Novembro de 2006 – Levantamento Topográfico (Moinho)

8 de Maio de 2007 – Prospeccção e Levantamento topográfico (Figueiras)

2.2. Escavação

8 a 10 de Novembro de 2006 – Moinho

7 e 8 de Maio de 2007 – Figueiras, Gruta do “Perna Fina” e Gruta do Forte

2.3. Relatório

Setembro de 2006 a Julho de 2007

3. Enquadramento

Na sequência da colaboração desenvolvida, desde 2000, entre o Instituto Português de Arqueologia e a Reserva Natural das Berlengas, no âmbito da salvaguarda do património arqueológico conservado na Ilha Berlenga, o Director daquela reserva dirigiu ao IPA, em Junho de 2006, um convite à participação na elaboração do “Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas”.

A realização destes trabalhos enquadrava-se legalmente pelos diplomas:

- Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro (desenvolve as bases da política de ordenamento do território e urbanismo no âmbito do regime aplicável aos instrumentos de gestão territorial): Artigos 4º, 10º, 15º e 91º;
- Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro (estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural): Artigo 79º.

Pretendia-se assim, no âmbito deste instrumento de gestão do território da reserva, desenvolver um conjunto de trabalhos arqueológicos que permitissem o

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

aprofundamento do conhecimento da sua ocupação humana passada. Aplicava-se assim a perspectiva que um território deve ser entendido como uma Paisagem, simultaneamente natural e humana, entendendo-se que a relação do Homem com este espaço natural é um “objecto patrimonial” que interessa conhecer e valorizar. Por outro lado, o conhecimento das formas de ocupação, utilização, frequência deste espaço natural pelo Homem ao longo das épocas (quer seja na perspectiva da exploração dos recursos naturais ou da utilização do mar como via comunicacional) contribui igualmente para uma melhor compreensão da História, à escala local, regional, nacional e global.

Até meados de 2006, os trabalhos arqueológicos na parte emersa da Ilha Berlenga revestiram-se apenas de natureza preventiva ou de emergência, ou seja, tiveram por base a salvaguarda de contextos arqueológicos afectados no âmbito da realização de obras e intervenções várias no **Bairro dos Pescadores** (cfr. Bugalhão e Lourenço, 2005; Lourenço e Bugalhão, 2006a; Lourenço e Bugalhão, 2006b; Bugalhão e Lourenço, 2006; Bugalhão e Lourenço, no prelo). Estes trabalhos permitiram identificar vestígios diversos de época romana (República, Alto Império e Baixo Império): cerâmica comum, anfórica e de construção e terra sigillata, em deposição secundária. Deste período e mesmo da ocupação púnica eram já conhecidas várias referências provenientes de achados subaquáticos. Do período moderno, foram identificadas fundações do antigo Mosteiro da Misericórdia que funcionou no local entre 1513 e 1548, bem como materiais cerâmicos a esta ocupação associados. Foi também confirmada a reutilização de materiais de construção (nomeadamente cilhares calcários) do mosteiro quinhentista na construção hoje denominada “castelinho” (pequena compartimento onde funciona uma estrutura de restauração). Puderam ainda ser confirmadas as informações orais que se referem à existência de contextos funerários associados ao Mosteiros, com a recolha de materiais osteológicos humanos descontextualizados. Já no século XX, foi construído o Bairro dos pescadores e alguns equipamentos hoteleiros, conhecendo actualmente o local uma ocupação essencialmente sazonal.

Para além dos vestígios arqueológicos e identificados no **Bairro dos Pescadores**, são diversos os vestígios materiais que remetem para a ocupação humana da Ilha, alguns de carácter monumental (salientam-se o **Forte da São João Baptista** - Século XVII - e o **Farol da Berlenga** - Século XIX), outros de natureza etnográfica (“**Moinho**”, as adaptações das **Grutas da Praia, do Espanhol, do Forte, do “Perna Fina” e a Horta dos Reformados**) e ainda alguns de cariz eventualmente arqueológico (a estrutura das **Figueiras e Alto do Cemitério**).

Impunha-se a caracterização mais aprofundada de todos estes elementos patrimoniais, bem como uma campanha de prospecção arqueológica sistemática. Finalmente, haveria que proceder à valoração patrimonial das ocorrências sinalizadas, segundo critérios objectivos previamente estabelecidos, de forma a propor uma estratégia de salvaguarda e valorização adequada a cada caso, a

implementar no âmbito do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas.

Os trabalhos foram financiados pela Reserva Natural das Berlengas (que garantiu igualmente apoio logístico) e apoiados tecnicamente pelo extinto Instituto Português de Arqueologia.

4. Objectivos

- Inventário patrimonial e arqueológico de todas as ocorrências culturalmente relevantes de elementos edificados e soterrados.
- Elaboração de proposta de medidas de salvaguarda específicas para cada ocorrência, no que respeita à sua preservação, conservação e valorização (com vista à integração nos programas de visita pública da Reserva Natural das Berlengas);
- Promover uma adequada articulação entre o Património Ambiental e o Património Cultural numa perspectiva de valorização patrimonial integrada, destinada ao cidadão utente.

II Caracterização

5. Metodologia

- Pesquisa bibliográfica;
- Prospecção de campo;
- Georeferenciação;
- Levantamentos (topográfico, gráfico e fotográfico) dos elementos patrimoniais inventariados;
- Delimitação georeferenciada de áreas de intervenção condicionada, por motivos patrimoniais;
- Sondagens arqueológicas de diagnóstico nos sítios: **“Moinho”, Gruta do “Perna Fina” e Gruta do Forte;**
- Caracterização contextualização histórica das ocorrências, nomeadamente em relação às ocorrências: **Mosteiro da Misericórdia, Forte de São João Baptista, Farol da Berlenga e Alto do Cemitério;**
- Elaboração de relatório integrando: caracterização, validação, síntese, proposta de estratégia de salvaguarda a implementar no âmbito do Plano de Ordenamento.

6. Trabalhos realizados

A pesquisa bibliográfica realizada pretendeu ser exaustiva. Contudo, verificou-se a impossibilidade de confirmar algumas informações bibliográficas recolhidas, tarefa só possível com recurso à consulta de fontes documentais. Uma vez que este trabalho não estava previsto no âmbito do PORN, algumas informações referentes, nomeadamente ao Forte de São João Baptista e ao farol da Berlenga, serão apresentadas de forma hipotética, devendo merecer futuramente o aprofundamento adequado.

Os trabalhos de campo (prospecção, levantamento e escavação) foram dificultados e retardados pelas condições climatéricas e pelo estado do mar, que provocaram vários adiamentos nas deslocações à Ilha. Os trabalhos de escavação arqueológica realizados em quatro sítios tiveram por objectivo o seu diagnóstico e caracterização, tanto no que se refere à cronologia como à tipologia.

7. Inventário

ID	NOME	TIPO	CRONOLOGIA
1	Bairro Comandante Andrade e Silva (Bairro dos Pescadores)	Arquitectónico Arqueológico	Romano Moderno (Século XVI) Contemporâneo
2	Gruta da Praia	Etnográfico	Contemporâneo
3	Gruta do Espanhol	Etnográfico	Contemporâneo
4	Moinho	Arqueológico	Romano
5	Figueiras	Arqueológico	Moderno?
6	Farol	Arquitectónico	Contemporâneo (Século XIX)
7	Cemitério	Arqueológico	Indeterminado
8	Gruta do Forte	Etnográfico Arqueológico?	Contemporâneo Indeterminado
9	Forte de São João Baptista	Arquitectónico	Moderno (Século XVII)
10	Gruta do "Perna Fina"	Etnográfico Arqueológico?	Contemporâneo Pleistocénico (?)
11	Horta dos Reformados	Etnográfico	Contemporâneo
12	Fundeadoiro da Berlenga	Arqueológico Subaquático	Idade do Ferro Romano Moderno/Contemporâneo
13	Achados Avulso	Arqueológica	Pré-História

7.1. Bairro Comandante Andrade e Silva (Bairro dos Pescadores)

Tipo: Arqueológico (vestígios diversos, Mosteiro), Arquitectónico (urbano)

Cronologia: Romano; Moderno (Século XVI); Contemporâneo (Século XX).

Descrição:

O local hoje ocupado pelo Bairro dos Pescadores, foi ocupado em época romana de forma consideravelmente intensa (assim o indicam a quantidade de vestígios aí remanescentes), compatível nomeadamente com uma frequência sazonal sistemática por grupos populacionais, eventualmente relacionada com a prática de actividades económicas relacionadas com a exploração de recursos marinhos e navegação (apesar das condições naturais adversas à fixação humanada na ilha).

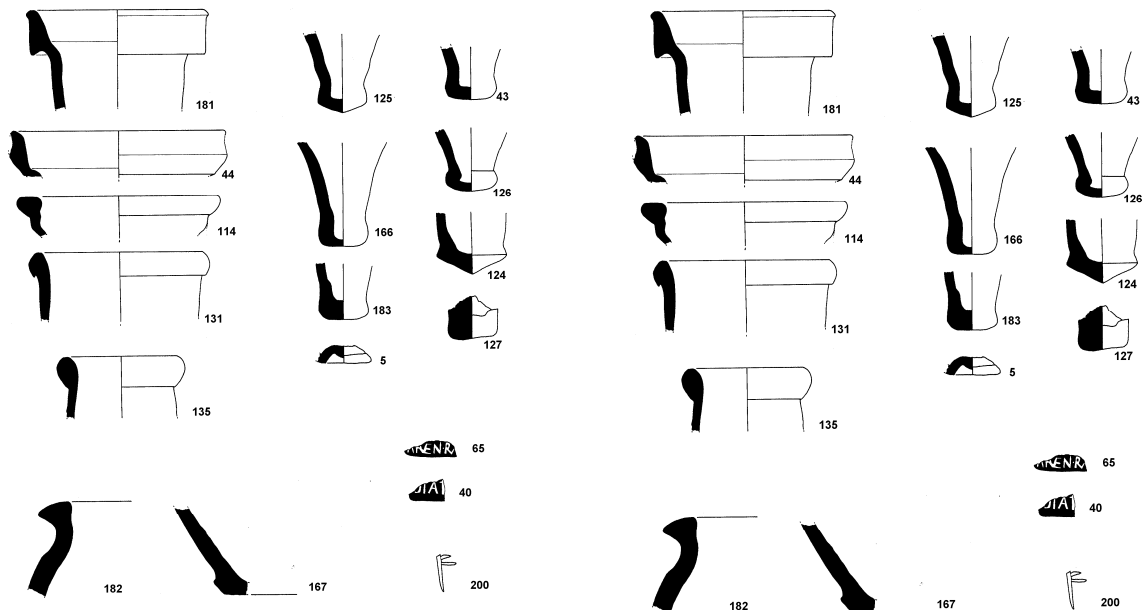
Levantamento patrimonial e arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Um dos indícios neste sentido é a recolha de materiais de construção romanos (essencialmente, *tegullae*), denotando a existência de construções romanas no local. Até ao momento presente, não foi ainda possível identificar qualquer vestígio estrutural *in situ*, não sendo contudo de excluir a possibilidade da sua preservação em áreas ainda não intervencionadas arqueologicamente.



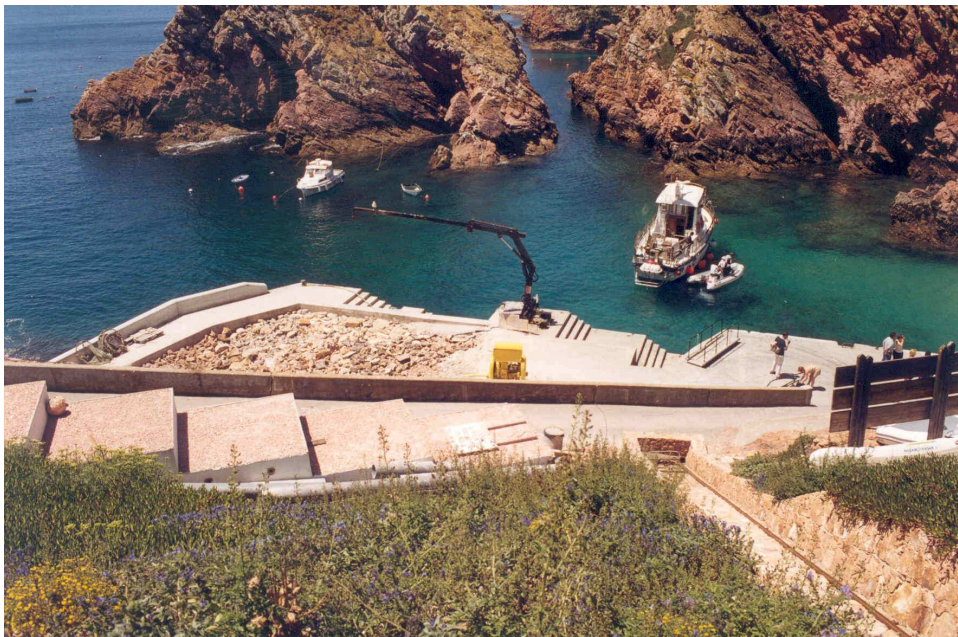
Relativamente ao estudo do conjunto anfórico, concluiu-se ser este o tipo cerâmico maioritário entre o espólio recolhido no local, verificando-se igualmente uma forte predominância numérica das produções originárias da olaria romana do Morraçal da Ajuda, em Peniche, com a presença residual de outras produções lusitanas, béticas e africanas.



Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Anteriormente à realização destas intervenções arqueológicas neste local, e relativamente à ocupação romana da Ilha Berlenga, existiam já indícios e informações científicas relevantes. As referências nas fontes clássicas e medievais (Díon Cássio, Avieno, “Osberno”) à existência de uma ilha, nesta zona da costa atlântica, têm sido normalmente relacionadas com a actual península de Peniche, território insular em tempos antigos. Mais indiscutíveis são informações subaquáticas referentes ao ancoradouro da ilha, nomeadamente, o maior conjunto de achados anfóricos em meio marítimo (Diogo, 1999) e o segundo maior conjunto de cepos de âncora da costa portuguesa (Alves, Reiner, Almeida e Veríssimo, 1989; Cabral, 1990; Alves, Soares e Cabral, 1993).

De salientar que a análise dos cepos provenientes da Berlenga, nomeadamente a sua dimensão, indicia a frequência do local em períodos antigos por embarcações de grande porte (Blot, 2003). Estes indicadores coincidem na sugestão de que o ancoradouro da Berlenga fosse, nesta época, um ponto estratégico e muito frequentado por embarcações que percorriam as rotas entre o Mediterrâneo e as regiões setentrionais atlânticas do mundo romano.



A relevância deste ancoradouro veio a ser reforçada pelas informações arqueológicas recolhidas nas intervenções no Bairro dos Pescadores, nomeadamente pela presença de materiais cerâmicos importados, originários de centros de produção mediterrânicos e lusitanos.

No que respeita à ocupação moderna, os contextos identificados centram-se no Mosteiro da Misericórdia, da ordem dos Jerónimos, fundado em 1513 na vertente Leste do Carreiro do Mosteiro. A fundação desta casa religiosa tinha, entre outros, o intuito de propiciar o serviço religiosos aos navegantes que aí acostavam (Trindade, 1985: 156). No entanto, as difíceis condições de vida relacionadas com

o isolamento, condições climatéricas e de navegação adversas, dificuldades de acesso e abastecimento e exposição a actos de pirataria¹, motivaram o abandono deste mosteiro em 1548 e sua transferência para Vale Benfeito, na Lourinhã.



O mosteiro, de dimensões razoáveis (Trindade, 1985: 162), tinha orientação Este-Oeste e era constituído por diversas acomodações: capela (capela-mor, dois altares laterais, coro, janelas, sacristia), pátio, celas, cisterna, refeitório, dormitório, uma horta murada (Botaréo, 1995: 353-6, vol.2²). No século XIX subsistiam apenas algumas paredes, duas abóbadas e restos arruinados (Trindade, 1985: 162).

Os vestígios desta ocupação encontram-se expressos nalgumas camadas estratigráficas (valas de fundação e fossa detrítica) e nas fundações das estruturas quinhentistas, construídas com blocos de granito de média dimensão, mal aparelhado e unidos com uma argamassa de cor esbranquiçada. As estruturas arqueológicas do Mosteiro caracterizam-se por uma implantação topográfica que acompanha o desnível acentuado da encosta do Bairro dos Pescadores, apresentando, aparentemente, uma orientação Este-Oeste. A existência desta estrutura religiosa é igualmente identificável no reaproveitamento de cilhares calcários (material exógeno à ilha), na construção do Castelinho, estrutura que conserva um tecto em abóbada. Saliente-se, que nos registos fotográficos mais antigos, são ainda visíveis as paredes existentes naquela encosta, sendo que actualmente pode observar-se a existência de fundações no terreno, sob a

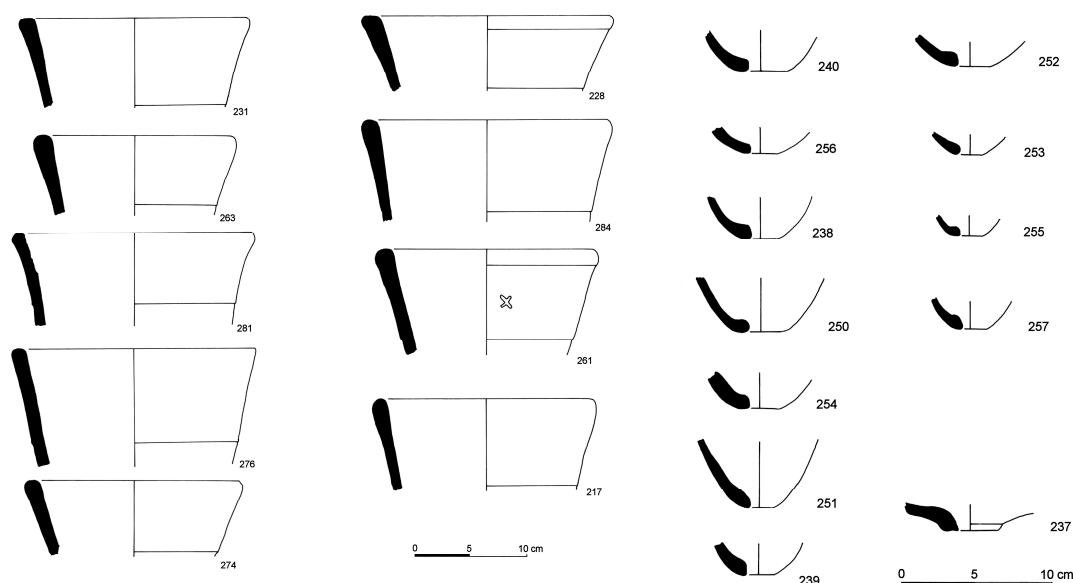
¹ O Mosteiro foi apelidado por um monge jerónimo de “asperíssimo Convento da Berlenga”, *Miscellanea histórica*, B.N.L., Fundo Geral, Códice n.º 8.884, fl.331, citado por Batoré, 1995: 343, vol.2.

² Citando Manuel Bautista de Castro, *Chronica do máximo doutor e Príncipe dos Patriarcas S. Jerónimo*, A.N.T.T., Ms. Da Livraria 729, Fol. 723-724.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

vegetação que aí prolifera. Às evidências arqueológicas (estratigráficas e estruturais), devemos ainda acrescentar as referências documentais³ e orais (que relatam a recolha de fragmentos de ossos humanos, durante a construção do pavilhão-restaurante) à existência do cemitério do Mosteiro. Estas referências parecem confirmadas pelos fragmentos de ossos humanos recolhidos à superfície nos terrenos revolvidos pelas obras de 2000.

No que respeita ao espólio deste período destacam-se essencialmente as formas de pão de açúcar.



A ocorrência destas peças poderá relacionar-se com a função de ancoradouro desempenhada pela Ilha, nas rotas atlânticas de longo curso, ou seja, a utilização do local como porto de abrigo pelas embarcações que transportavam as formas dos seus locais de produção no continente para os centros açucareiros que estes abasteciam (nomeadamente, a Madeira). Uma segunda hipótese, seria a utilização das formas de pão de açúcar como contentor, tendo o seu transporte para a Ilha da Berlenga ocorrido a partir de embarcações que as tinham como carga, contendo o “pão de açúcar”, vindas da Madeira (ou outro centro açucareiro) para o continente. Os estudiosos desta problemática têm especulado sobre a possibilidade da utilização das formas de pão de açúcar como contentor, atendendo à sua forma cônica, propícia ao transporte marítimo em porão. Neste caso, a presença das formas de pão de açúcar na Ilha da Berlenga poderia corresponder a um

³ Manuel Bautista de Castro, *Chronica do máximo doutor e Príncipe dos Patriarcas S. Jerónimo*, A.N.T.T., Ms. Da Livraria 729, 722v. – 733v., citado por Botaré (1995), refere a ocorrência de mortes entre a comunidade monástica.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

abastecimento à comunidade monástica, ou ao pagamento de serviços de assistência em situação de acomodação na Berlenga.

Relativamente à ocupação contemporânea, embora já existissem algumas edificações anteriores, encontra-se essencialmente centrada na ocupação do chamado Bairro dos Pescadores. Este equipamento foi construído em 1942 pela Junta Central das Casas dos Pescadores em colaboração com a Capitania do Porto de Peniche (Engenheiro, 1999), a fim de garantir condições de habitabilidade dignas à comunidade de pescadores que desde sempre, sazonalmente habita a Ilha. Trata-se de um conjunto de habitações térreas, construídas em bandas. Nas suas imediações, foram surgindo durante a segunda metade do século alguns equipamentos de restauração e apoio aos visitantes, nomeadamente o “Castelinho” (1952) e o Pavilhão/Restaurante (1969) (idem). Nos anos 80 do Século XX, a Câmara Municipal de Peniche instala uma pequena área de campismo, junto ao Bairro (idem).

Neste conjunto integram-se igualmente as estruturas do cais, caminhos de acesso (à praia, ao bairro e ao farol), as estruturas de apoio à pesca, infra-estruturas básicas (gerador, depósitos de água, estruturas de tratamento de resíduos, etc) e turísticas (balneários, área de campismo, etc) e ainda algumas estruturas de habitação.

Referências: Alves, Reiner, Almeida e Veríssimo, 1989; Alves, Soares e Cabral, 1993; Blot, 2003; Botaré, 1995; Bugalhão e Lourenço, 2005, 2006 e no prelo; Cabral, 1990; Diogo, 1999; Engenheiro, 1994 e 1999; Lourenço e Bugalhão, 2006 e 2006a; Trindade, 1985.

7.2. Gruta da Praia

Tipo: Etnográfico, abrigo

Cronologia: Contemporâneo

Descrição: Cavidade natural existente junto à Praia do Carreiro do Mosteiro (na sua vertente Norte) utilizada como abrigo por pescadores anteriormente à construção do Bairro, durante a sua permanência sazonal da Ilha. A base da gruta encontra-se pavimentada com cimento, pedras e seixos graníticos e permanecem vestígios de construções de “fecho” da cavidade, eventualmente datáveis da sua utilização com fins habitacionais. As paredes apresentam vestígios de óxidos de ferro. Por cima da Gruta da Praia observa-se uma outra pequena cavidade, a qual, segundo referências orais, era igualmente utilizada como abrigo por pescadores.

As condições de sedimentação parecem ser bastante fracas, não sendo provável a conservação de estratigrafia arqueológica.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Referências: Informações orais.

7.3. Gruta do Espanhol

Tipo: Etnográfico, abrigo

Cronologia: Contemporâneo

Descrição: Cavidade natural existente na vertente NE do Carreiro do Mosteiro, junto ao acesso à praia. Esta cavidade, bordejada pela maré, seria igualmente utilizada como abrigo por pescadores anteriormente à construção do Bairro, durante a sua permanência sazonal da Ilha. No seu interior existe uma plataforma rochosa onde actualmente existe uma pequena divisão de arrumos.



Referências: Informações orais.

7.4. Moinho

Tipo: Arqueológico (atalaia/farol/habitat?)

Cronologia: Romana

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Descrição: O local situa-se no ponto mais elevado na encosta onde se implanta o Bairro dos Pescadores. Numa acção de prospecção arqueológica realizada em Maio de 2006, pode observar-se, na cumeada a existência de uma plataforma alongada onde se observavam abundantes fragmentos cerâmicos à superfície, aparentemente de cronologia exclusivamente romana. Toda a plataforma parecia possuir alguma potência de sedimentos conservada.



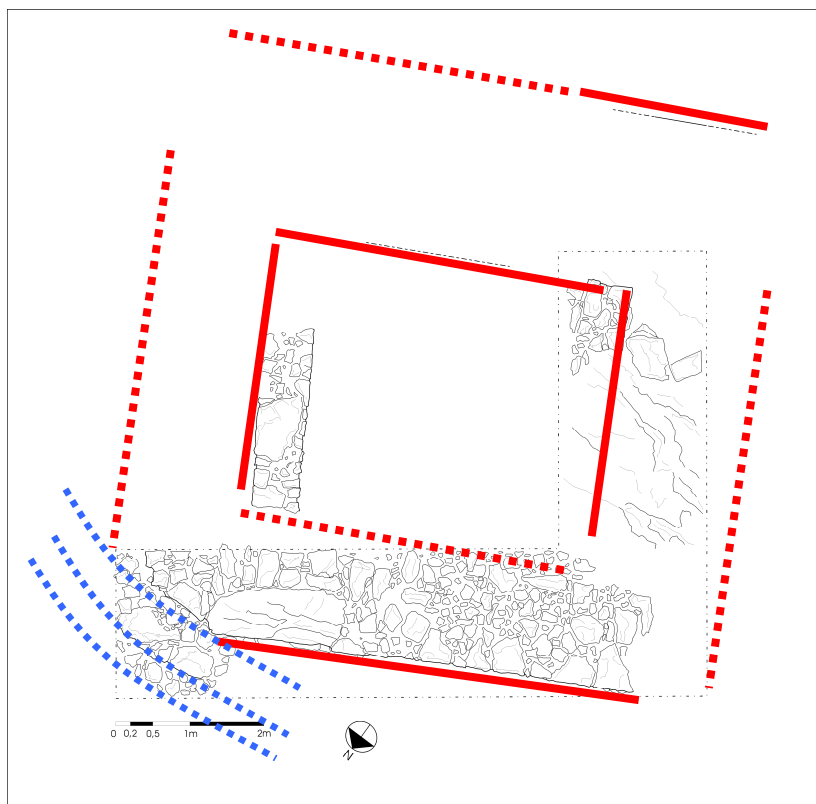
Nessa plataforma podiam igualmente observar-se vestígios de alguns alinhamentos estruturais, formando uma construção de forma rectangular. Observava-se ainda, no ponto mais elevado, a ruína de uma pequena construção de forma sub-circular, com vestígios de cimento ("restauros" realizados por alguns dos utentes da Ilha), denominada localmente como "moinho".



Os trabalhos de escavação revelaram uma estrutura de forma aparentemente quadrangular implantada numa elevação natural, onde parece ter sido construída uma plataforma artificial sobre a qual foi assente o edifício. A construção possuía fundações construídas em blocos graníticos locais toscamente aparelhados,

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

“travados” por pequenas pedras e terra, e reforçadas por um preenchimento constituído por pequenas pedras, que lhe conferiria maior solidez.



O espólio cerâmico recolhido reflecte aparentemente um equilíbrio entre as produções locais, produções regionais e importações, parecendo corresponder a um momento recuado da ocupação romana (Séculos I a.C. – I d.C.) e bem delimitado temporalmente.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Estes vestígios poderão corresponder a uma ocupação permanente e/ou sazonal, relacionada com um posto de vigia e controle de tráfego marítimo, ou um farol. Não está excluída a possibilidade de se tratarem de vestígios de natureza habitacional. Pela prospecção de superfície realizada na zona envolvente ao “Moinho”, os vestígios de ocupação romana, aparentemente, prolongam-se sobre a cumeada para a plataforma situada a Norte, numa área ainda não delimitada com segurança e que deverá ser objecto de futuros trabalhos arqueológicos de diagnóstico.



Referências: Bugalhão e Lourenço, 2007; Bugalhão e Lourenço, no prelo.

7.5. Figueiras

Tipo: Arqueológico

Cronologia: Moderno (?)

Descrição: A estrutura arqueológica das “Figueiras” foi identificada casualmente em Agosto de 2005, pelo Dr. António Teixeira, Director da Reserva Natural das Berlengas. Esta estrutura não encontrava registo na memória expressa dos frequentadores/utilizados habituais da Ilha, o que parece sugerir uma cronologia recuada para a estrutura.

Num primeiro momento, este elemento patrimonial foi alvo de uma acção de observação e registo. A estrutura situa-se na costa SE da Ilha, na base de uma "linha de água" sobre a arriba marítima, neste local relativamente baixa, sendo mais facilmente visualizável por mar. No que respeita ao recorte da costa, trata-se de uma pequena enseada com o topónimo "Figueiras", de águas aparentemente profundas e com uma "língua rochosa" que lhe poderá conferir boas condições de acostagem e desembarque. A estrutura era de funcionalidade e cronologia

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

indeterminadas, o que motivou uma intervenção de diagnóstico, no sentido de se determinar o seu eventual interesse arqueológico.



A estrutura apresenta um aspecto de "plataforma", construída em blocos graníticos mais ou menos aparelhados, com vestígios pontuais de argamassa, com cunhais bem aparelhados; as faces externas (alçados) da estrutura apresentam características construtivas regulares, com preenchimento interno mais anárquico e irregular (calibre a aparelho dos blocos).

O alçado SE (virado ao mar) apresenta uma característica face de prumada inclinada. As dimensões (visíveis) da estrutura são de 8,20x3,6 metros (sendo a face maior virada para o mar), numa altura máxima conservada de 1,6 metros. A estrutura apresenta-se derrubada em alguns pontos (nomeadamente no alçado SE), encontrando-se parcialmente soterrada.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Inicialmente, a interpretação desta estrutura revelava-se complexa com base nos poucos elementos disponíveis. No que se refere à cronologia, da intervenção arqueológica não resultou qualquer informação adicional, uma vez que a estratigrafia que preenchia o interior da estrutura se revelou estéril do ponto de vista do espólio.

Após pesquisa bibliográfica, foi possível concluir que a estrutura intervencionada se tratava de um elemento do “aquartelamento” da Ilha Berlenga projectado em 1812 (Caixaria, 2007: 450). Este projecto de autoria do Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros era constituído por um conjunto de estruturas militares

dispersas pela Ilha, na “costa da montanha” (garantindo posições para 750 homens dispersos por pontos diversos). Atendendo à datação do projecto, presume-se que este se relacionasse com as necessidades defensivas relacionadas com as invasões francesas.

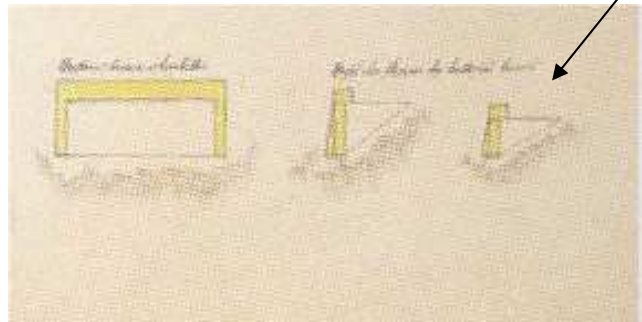
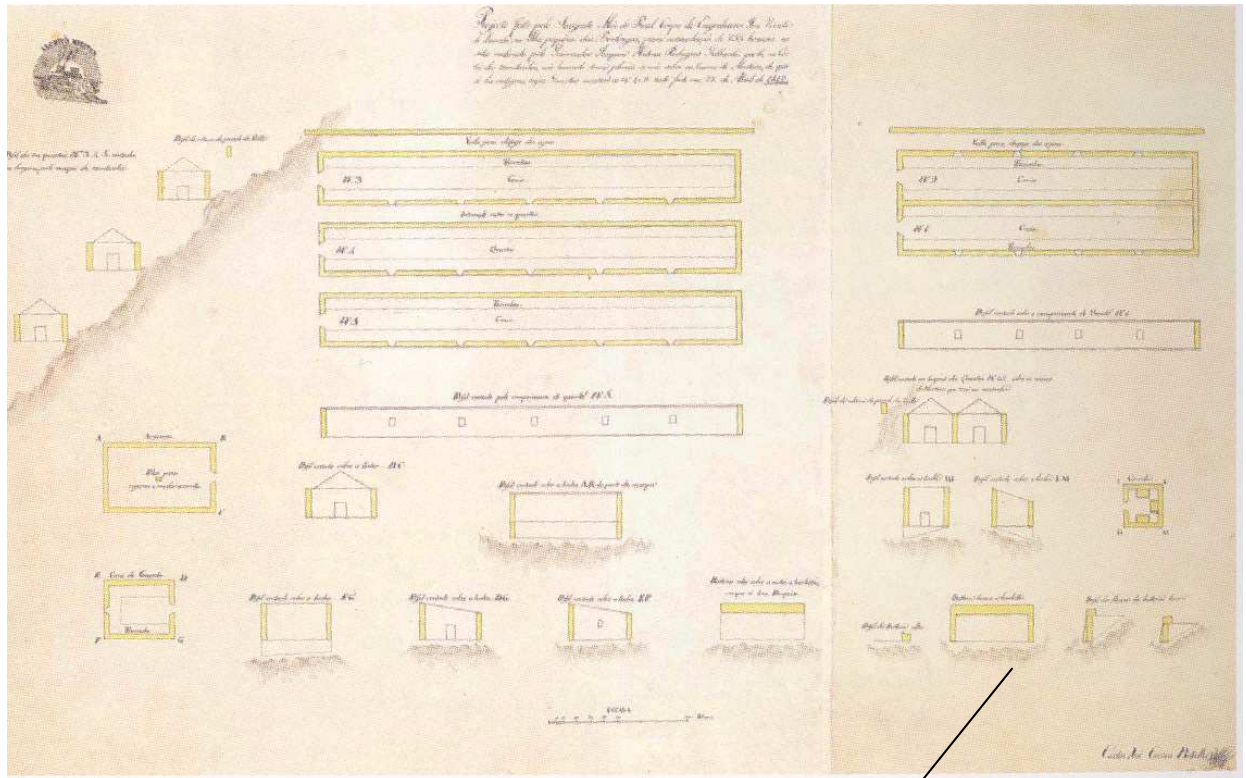
No caso concreto desta estrutura, aparece legendada como “bateria baixa” e encontra-se representada no projecto de 1812, em perfil (“perfil dos flancos da bateria baixa”) e em planta (bateria baixa à “barbeta”)⁴. “Barbeta” é uma plataforma de onde a artilharia disparava sobre o parapeito. Neste caso, aparentemente, a bateria⁵ não possuía cobertura. A localização desta estrutura confere-lhe excelente visibilidade sobre o canal Ilha/Peniche, a península de Peniche e, com boas condições atmosféricas, sobre a linha de costa continental. Tratar-se-ia assim de uma bateria com funções de vigilância, ataque e defesa. Na sondagem e levantamento efectuados, não foram observados quaisquer vestígios de estruturas para apoio de elementos de artilharia.

⁴ Agradece-se a transcrição das legendas ao Sargento-ajudante Mário Silva, do Gabinete de Estudos arqueológicos de Engenharia Militar, Direcção de Infra-estruturas, Arquivo Militar.

⁵ Plataforma que serve para colocar alguns exemplares de bocas de fogo de artilharia. Geralmente é coberta, podendo ser do tipo barbeta, do tipo casamata, quando abobadada, ou apresentar qualquer outro tipo de estrutura de cobertura. Pode dar-se o nome de bateria às obras de fortificação armadas com peças de artilharia, que podem fazer fogo a barbete, ou em canhoneiras (in http://www.cm-loures.pt/m_FactosHistoricos5.asp., Glossário sobre as As Linhas de Torres em Loures.

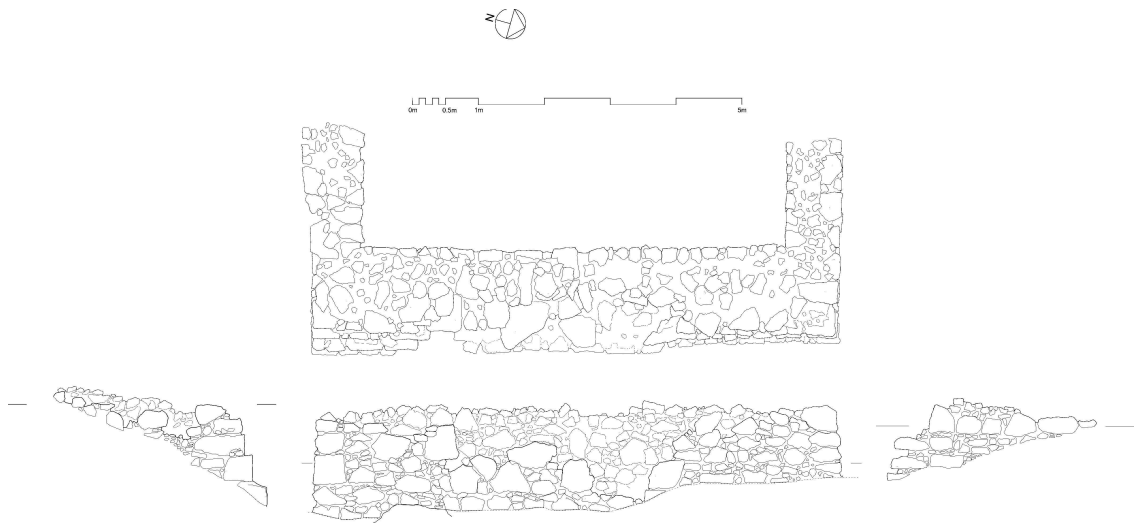
Levantamento patrimonial e arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



No que se refere à cronologia, da intervenção arqueológica não resultou qualquer informação adicional, uma vez que a estratigrafia que preenchia o interior da estrutura se revelou estéril do ponto de vista do espólio. Atendendo ao contexto histórico e monumental da Ilha Berlenga, aponta-se como hipótese provável que esta estrutura seja contemporânea do Forte de São João Baptista (meados do Século XVII), tratando-se de uma estrutura castreja relacionada com aquela fortaleza.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Referências: Lourenço e Bugalhão, 2007.

7.6. Farol

Tipo: Arquitectónico

Cronologia:

Descrição:

Existem referências à existência na plataforma superior da Ilha de uma construção, eventualmente uma torre (para vigia e orientação dos mareantes) que teria subsistido até à construção do actual Farol no século XIX, no qual se teria reutilizado a sua alvenaria (Almeida, 1945).

A construção de um farol na Ilha Berlenga começou por constar do alvará pombalino de 1 de Fevereiro de 1758, que o mandava edificar, ou re-edificar uma anterior construção destruída por piratas (Santos, 1994: 17). Contudo, esta construção viria a ser adiada, até que foi de novo ordenada pelo Ministério da Fazenda em 1836, encarregando o engenheiro Gaudêncio Fontana do seu projecto. Acabado de construir em 1841, o farol era constituído por uma torre quadrangular de alvenaria e cunhais de cantaria (29 metros de altura), com varanda na parte superior.

Levantamento patrimonial e arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



No interior do Farol, logo à entrada, pode observar-se uma abóbada. Na escadaria de acesso ao topo do farol observam-se alguns patamares de escadas compostos por degraus feitos em grandes blocos de calcário. O topo da estrutura do farol é em arco, sendo composto por grandes blocos de calcário de formato rectangular.



Inicialmente o equipamento luminoso funcionava a azeite e já tinha movimento de rotação activado por um mecanismo de relojoaria. Em 1897, o equipamento é substituído por outro mais moderno alimentado a petróleo. Finalmente, o farol foi electrificado através de motores geradores em 1926. Desde 1924 que o farol possui igualmente sinal sonoro. Em 1985, o farol foi automatizado. O farol e residências passaram a funcionar a energia solar a partir de 2000.

As residências ocupadas pelos faroleiros e suas famílias foram sendo sucessivamente edificadas em datas posteriores, de 1851 a 1860 (Aguilar, 1998: 70). Em 1865, viviam no Farol 2 faroleiros e suas famílias (Aguilar, 1998: 71). Até 1975, viviam nas residências anexas ao Farol 8 faroleiros e suas famílias (Vilhena, 1995: 79). Em 1975 o pessoal faroleiro e seus familiares deixaram de habitar na ilha, passando a trabalhar por turnos rotativos.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



As instalações anexas ao Farol englobam ainda lavadouros e um forno de pão, utilizados comunitariamente por todos os residentes (Vilhena, 1995: 79). Relativamente ao forno, verificou-se que possui uma porta entaipada e um anexo adossado. O forno e construção anexa apresentam-se caiadas, não tendo sido possível observar o tipo de construção.



O Farol possui também várias cisternas subterrâneas (de diversas épocas), com plataformas superficiais de recolha de águas pluviais.

A oeste do farol, verificou-se a presença de um alinhamento pétreo (igualmente registado na fotografia aérea), possível conduta, bem como um outro alinhamento pétreo de planta rectangular. Saliente-se que nas imediações do farol existe muito entulho, provavelmente, resultante das remodelações das casas e do próprio farol.

Referências: Aguilar, 1998; Almeida, 1945; Santos, 1994; Vilhena, 1995.

7.7. Alto do Cemitério

Tipo: Arqueológico

Cronologia: Indeterminada

Descrição:

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

No extremo Sudoeste da plataforma superior da Ilha Berlenga, regista-se a presença do topónimo “Alto do Cemitério”. Pretendeu-se no âmbito deste levantamento patrimonial verificar se este topónimo se relacionava com a existência efectiva no local de um cemitério antigo. Quando observada a fotografia aérea da ilha, colida pelos serviços cartográficos do exército na década de 60 do século XX, verificou-se a presença naquele local, de uma construção de forma sub-rectangular (com dimensões aproximadas de 25x30 metros), com aparentes subdivisões internas. Esta constatação permite deduzir a existência de cemitério murado.



Procedeu-se então de seguida à prospecção de campo, que infelizmente se veio a revelar completamente infrutífera: presentemente, não existe à superfície qualquer vestígio da construção claramente registada na fotografia aérea dos anos 60. Da mesma forma, não foram observados quaisquer materiais arqueológicos à superfície, que apresentava, no momento da prospecção, boas condições de visibilidade.

Perante esta exiguidade de dados, apenas se pode propor como hipótese a existência de um cemitério, contemporâneo do Forte de São João Baptista (no interior do qual, devido à sua implantação sobre um rochedo, não seria possível proceder à deposição funerária), utilizado eventualmente pela comunidade militar e prisional. A ocorrência de batalhas e naufrágios com vítimas mortais (por exemplo, em 1666, a histórica batalha que opôs o castelhano Diogo Ibarra ao contingente português chefiado pelo Cabo Avelar Pessoa, de que terão resultado várias centenas de vítimas mortais), também justificaria a existência de um espaço funerário na Ilha.

Referências: Inédito.

7.8. Gruta do Forte

Tipo: Etnográfico, abrigo

Cronologia: Contemporâneo

Descrição: Cavidade natural existente na vertente Oeste da enseada do Forte de São João Baptista, junto à escada de acesso ao mesmo. Esta cavidade, de forma bastante aberta, possui cerca de 4 a 5 metros de altura máxima, 7 a 8 metros de largura (na entrada) e cerca de 9 metros de profundidade. A base do abrigo encontra-se pavimentada com cimento e permanecem vestígios de construções de “fecho” da cavidade.

As informações orais recolhidas referem que esta cavidade teria sido arranjada de forma a funcionar como galinheiro, que pertencia a um antigo responsável pela “taberna” que em tempos funcionou no edifício do Forte.



A sondagem arqueológica de diagnóstico realizada no interior do abrigo comprovou o potencial de sedimentação da sua base, mas não revelou qualquer indício de ocupação humana pré-histórica. Contudo, refira-se que apenas foi escavado 1m², num local onde a potência sedimentar parece atingir alguns metros de espessura, pelo que só a continuação dos trabalhos de escavação arqueológica e respectiva caracterização geológica dos depósitos permitirá descartar por completo a ocupação humana do local durante o Plistocénico final (Zambujo, 2007).

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Referências: Informações orais; Zambujo, 2007.

7.9. Forte de São João Baptista

Tipo: Arquitectónico

Cronologia: Século XVII

Descrição:

Diversos autores referem a possibilidade de ter existido neste local uma fortaleza desde o século XVI (Almeida, 1948; Calado, 1953), ou desde o primeiro quartel do século XVII (Santos, 1994).

Em 1651, D. João IV ordenou a construção (ou reconstrução) de uma fortaleza na Ilha Berlenga, com o objectivo de reforçar a defesa da cidadela de Peniche (Calado, 1982: 5). Foi então edificado o Forte de São João Baptista, sobre um ilhéu junto à enseada da ilha e a ela ligado por uma ponte de alvenaria. O projecto é atribuído ao engenheiro Mateus do Couto. Nesta construção foram reaproveitadas cantarias calcárias e outros elementos arquitectónicos do arruinado Mosteiro da Misericórdia. Esta estrutura militar desempenhou importante papel militar após a restauração, durante as Invasões Francesas e nas Guerras Liberais.

O Forte possui planta octogonal irregular (mais alongada no eixo Norte – Sul), adaptada à morfologia do ilhéu onde está implantada e canhoiras dispostas a intervalos regulares nos alçados virados para o mar. No interior da praça foram edificadas diversas construções de planta rectangular, no centro do polígono e adossadas aos alçados Norte e Oeste. Estas construções são cobertas por terraços lajeados dispostos em 2 águas, com ligeira inclinação. Junto às muralhas exteriores foram edificados as antigas casamatas e o paiol. O portal rasga-se na face virada a NO.



O Forte foi reparado em 1678 (como atesta a inscrição na porta de armas) e em 1821 (tendo sido reedificada a capela). Em meados do século XIX, o Forte foi desartilhado, o que levou ao seu gradual abandono.

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, o Forte serviu como presídio, existindo referências à assistência religiosa prestada pelos frades franciscanos do Convento do Bom Jesus de Peniche, quer aos militares estacionados no forte quer aos reclusos (Matos, 1962). Em 1756, ainda mantinha função prisional (à semelhança do que acontecia em muitas fortalezas no período pombalino), uma vez que o Marquês de Pombal condenou D. Diogo de Mendonça

(seu adversário político) ao desterrado no Forte da Berlenga (Santos, 1994: 17).



Entre a segunda metade do Século XIX e meados do século XX, o forte foi utilizado como abrigo pela comunidade piscatória local (Santos, 1994: 18; Calado, 1953: 19; Calado, 1982: 9). Existe a memória de ter funcionado no edifício um “taberna” que funcionava durante o período de Primavera-Verão, época em que é normal a permanência dos pescadores e seus familiares na Ilha (informação oral).



Em 1953 a Fortaleza de São João Baptista foi restaurada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para uma posterior adaptação do espaço a pousada, que funcionou apenas durante alguns anos (Calado, 1953; Calado, 1982: 10). Nesta altura foi igualmente construída no planalto superior da Ilha, junto ao topónimo “Terra dos Reformados”, uma cisterna subterrânea, equipada com uma extensa plataforma superficial de recolha de águas pluviais.

Referências: Sistemas de informação do IPPAR (www.ippar.pt) e da DGEMN (www.monumentos.pt); ALMEIDA, 1948; CALADO, 1953, 2000; ENGENHEIRO, 1999; Matos, 1962; Monteiro, 2001; Santos, 1994.

7.10. Gruta do “Perna Fina”

Tipo: Etnográfico, abrigo

Cronologia: Contemporâneo

Descrição: Pequena cavidade ou abrigo natural situada na vertente Norte da enseada da Fortaleza, sobre a arriba. Possui 4 metros de largura na abertura e cerca de 2,2m de profundidade. Segundo referências orais foi utilizada como habitação, durante diversos anos pelo velho “Perna Fina”. A base do abrigo encontra-se pavimentada com cimento e permanecem vestígios de construções de “fecho” da cavidade, pintura com cal nas paredes, bem como algumas colmatações internas, provavelmente datáveis da sua utilização com fins habitacionais.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Da observação efectuada, constatou-se que apresenta potencial no que se refere à conservação de sedimentos na base da cavidade. Verifica-se igualmente vestígios de escorrência sedimentares, provavelmente devido a infiltrações de água e consequente arrastamento de solos. Todos os sedimentos deverão apresentar perturbações consideráveis devido à presença de tocas e ninhos escavados no subsolo.

A sondagem arqueológica de diagnóstico realizada no interior do abrigo não revelou qualquer indício de ocupação humana pré-histórica. Contudo, a gruta apresenta um potencial elevado para o estudo da evolução do Quaternário da região sobretudo se se confirmar a hipótese de estarmos perante um depósito de origem marinha, já que poderá ser o testemunho de um episódio de transgressão/regressão marinha, que poderá ser datado e correlacionado com os modelos eustáticos (oscilações do nível do mar) propostos para o território nacional (não descurando o contributo que a tectónica pode eventualmente ter tido em todo neste processo). No entanto a área da intervenção arqueológica foi reduzida e não foi possível escavar até encontrar o “bed rock”, pelo que desconhecemos a sequência estratigráfica completa do local o que nos impede de nos alongarmos muito mais sobre o seu significado, o qual só poderá ser esclarecido se forem efectuados outros trabalhos de escavação arqueológica e respectiva caracterização geológica dos depósitos que permitam esclarecer as condições em que se formou e a sua cronologia (Zambujo, 2007a).

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Referências: Informações orais; Zambujo, 2007a.

7.11. Horta dos Reformados

Tipo: Etnográfico, abrigo

Cronologia: Contemporâneo

Descrição: Estrutura localizada na vertente Norte da enseada do Forte, sobre uma linha de água, abaixo da zona denominada “Terra dos Reformados”. Tem planta rectangular, com cerca de 25 m de largura e 20 m de comprimento, construída em pedra granítica de média dimensão, sem vestígios de argamassa. Os muros têm em média 60 cm de largura no seu topo, com excepção do alçado oeste onde atingem cerca de 2 m de largura. Segundo diversas referências orais, no interior desta cerca praticava-se horticultura sazonal (cultivo de couves, batatas, cenouras e feijão), e esta estrutura protegia o que se cultivava dos ventos fortes e dos animais.



Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço



Estruturas de características idênticas e com função semelhante podem observar-se em Peniche, pelo que se presume tratar-se de uma construção etnográfica regional típica, devidamente adaptada às condições naturais.



Referências: Informações orais.

7.12. Fundeadouro da Berlenga

Tipo: Arqueológico sub-aquático

Cronologia: Idade do Ferro, Romano, Moderno, Contemporâneo.

Descrição:

Atendendo ao âmbito do presente trabalho (levantamento patrimonial e arqueológico da parte emersa da Ilha Berlenga) não foi efectuada qualquer recolha de informação relativamente ao ancoradouro da Berlenga. Contudo, considerou-se pertinente incluir este relevante elemento patrimonial neste inventário, bem como incluir a sua delimitação cartográfica na planta de síntese do Plano de Ordenamento (tarefa da responsabilidade da reserva Natural das Berlengas).

Trata-se de um sítio de fundeadouro caracterizado por uma utilização de grande diacronia (Idade do Ferro, Romano-República, Romano-Império, Moderno e Contemporâneo), incluindo alguns sub-sítios coesos de naufrágio (nomeadamente, um presumível naufrágio datável do século XVII, em contexto de fundeadouro).

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Foram recolhidos cepos de âncora (chumbo e pedra); canhões (nomeadamente, um núcleo de 3 canhões: berços, um falconete em bronze e uma boca de fogo em ferro) e cascos de navios *in situ* (Sistema de Informação *Endovélico*, IPA, CNS: 22732).

Referências: Blot, 2003.

7.13. Achados Avulso (plataforma do Farol/Terra dos Reformados)

Tipo: Arqueológico

Cronologia: Pré-história

Descrição: Nesta área foram localizadas 3 concentrações modestas de materiais líticos em quartzo leitoso (pontos 1, 2 e 3). Esses conjuntos apresentavam-se com arestas frescas, sempre muito próximos a filões de quartzo e na área aplanada. Tratam-se de lâminas, lascas, fragmentos e esquirolas, algumas delas com talhe antrópico duvidoso.



Referências: PEREIRA, 2006.

III Síntese

8. Valoração

O processo de valoração patrimonial pretende realizar uma ordenar os elementos patrimoniais identificados, com recurso a critérios específicos de avaliação do seu potencial patrimonial e científico (Mascarenhas, Soares e Silva, 1986; Pereira e Martins, 1995), nomeadamente, estado de conservação, potencial científico, raridade, valor estético, dimensão/monumentalidade, inserção paisagística e significado histórico.

Com base nestes critérios atribuíram-se definiram-se os seguintes descritores: Valor Patrimonial Baixo, Valor Patrimonial Médio e Valor Patrimonial Elevado, posteriormente atribuídos a cada elemento patrimonial anteriormente referenciado. Esta valoração servirá de base à proposta de salvaguarda patrimonial a

implementar no âmbito do Plano de Ordenamento, sem nunca esquecer as especificidades do território em causa.

ID	NOME	TIPO	Valoração
1	Bairro Comandante Andrade e Silva (Bairro dos Pescadores)	Arquitectónico Arqueológico	Valor Patrimonial Elevado
2	Gruta da Praia	Etnográfico	Valor Patrimonial Baixo
3	Gruta do Espanhol	Etnográfico	Valor Patrimonial Baixo
4	Moinho	Arqueológico	Valor Patrimonial Elevado
5	Figueiras	Arqueológico	Valor Patrimonial Médio
6	Farol	Arquitectónico	Valor Patrimonial Elevado
7	Cemitério	Arqueológico	Valor Patrimonial Baixo
8	Gruta do Forte	Etnográfico Arqueológico?	Valor Patrimonial Baixo
9	Forte de São João Baptista	Arquitectónico	Valor Patrimonial Elevado
10	Gruta do "Perna Fina"	Etnográfico Arqueológico?	Valor Patrimonial Médio
11	Horta dos Reformados	Etnográfico	Valor Patrimonial Médio
12	Fundeadoiro da Berlenga	Arqueológico Subaquático	Valor Patrimonial Elevado
13	Achados Avulso	Arqueológico	Valor Patrimonial Baixo

9. Proposta de salvaguarda

“Património Arqueológico

- 1- O aparecimento de vestígios arqueológicos durante quaisquer trabalhos ou obras deverá originar a imediata suspensão dos mesmos e a comunicação, também imediata às demais entidades competentes, em conformidade com as disposições legais em vigor.
- 2- No sítio oficialmente designado “Bairro Comandante Andrade e Silva” e tradicionalmente conhecido por “Bairro dos Pescadores” (Anexo I) qualquer obra com impacto ao nível do subsolo deverá ser precedida de intervenção arqueológica, de forma a evitar eventuais consequências destrutivas sobre o património soterrado.
- 3- No sítio referenciado como “Farol da Berlenga” (Anexo I), qualquer obra com impacto ao nível do subsolo ou que implique picagem e/ou desmontagem de paredes no edificado antigo deverá ser objecto de acompanhamento arqueológico, de forma a detectar e registar possíveis ocorrências ao nível do património soterrado e construído.
- 4- Nos restantes sítios arqueológicos referenciados no Anexo I, não será permitida a realização de obras ou qualquer outra intervenção com impacto ao nível do subsolo, exceptuando as intervenções de investigação ou valorização do património arqueológico, promovidas pelas entidades competentes.

10. Conclusão

O trabalho realizado permitiu concluir que a Ilha Berlenga regista ainda hoje indeléveis marcas da passagem e permanência humanas, desde eventualmente o período pré-histórico, passando pela Idade do Ferro, de forma mais intensa no período romano, mais discreta na Idade Média, e de novo fortemente desde o século XVI, até aos nossos dias.

A navegação e a pesca parecem ser os principais motivos de fixação na Ilha, nomeadamente através da construção de estruturas de apoio à navegação (Farol, Moinho e até, Mosteiro da Misericórdia), da presença de vestígios de abrigo e naufrágios (Fundeadouro) ou na construção de abrigos sazonais de pescadores (“grutas” e Bairro dos Pescadores).

Mas também os factores militares – relacionados com a defesa do litoral (Forte de São João Baptista, Figueiras e Fundeadouro) – e religiosos (Mosteiro da Misericórdia), marcam presença determinante.

Mas a persistência humana e o isolamento do território incitou os “berlenguenses” à exploração agrícola da ilha, existindo referências ao cultivo de trigo no século XVII (Engenheiro, 1999), milho, trigo, legumes (Vilhena, 1995) e urzela (Santos 1994) no século XIX, bem como à prática da caça ao coelho (Engenheiro, 1999). Com esta realidade estarão relacionados a Horta dos Reformados, bem como, eventualmente, os amontoados pétreos de origem claramente antrópica observáveis na plataforma superior da ilha (resultantes da limpeza e cultivo do terreno).

É assim uma reserva natural claramente humanizada, onde o Património (edificado e arqueológico) conta a história antiga da relação entre a Terra, o Mar e o Homem.

11. Bibliografia

AGUILAR, J. Teixeira, 1998 – Onde a terra acaba: História dos Faróis Portugueses, Lisboa: Pandora, 324 p.

ALMEIDA, João de, 1948 - Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, Lisboa: edição do autor, I volume.

Alves, F., Reiner, F., Almeida, M. J. R., Veríssimo, L., 1989 – Os Cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, 1988-1989, p. 109-185.

BATORÉO, Manuel Luís Violante, 1995 – A pintura do Mestre da Lourinhã: as Tábuas das Berlengas na evolução de uma oficina (texto policopiado). Lisboa.

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

- BLOT, Jean-Yves (no prelo) – O ancoradouro da Berlenga. Comunicação apresentada ao Congresso *A Presença Romana na região Oeste*, Bombarral, Novembro de 2001.
- BLOT, Jean-Yves, 2003 – De *Terra Nullius* a Parque-Reserva: a partilha do espaço no fundeadouro da Ilha da Berlenga. *O Mar no Futuro de Portugal. VIII Simpósio*. Lisboa, Academia da Marinha, p. 237-286.
- BUGALHÃO, Jacinta e LOURENÇO, Sandra, 2005 - Vestígios romanos na ilha da Berlenga in *Actas do Congresso A Presença Romana na região Oeste*, Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, p. 57-63.
- BUGALHÃO, Jacinta e LOURENÇO, Sandra, 2006 - As ânforas romanas da Ilha da Berlenga in *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 279-294.
- LOURENÇO, Sandra e BUGALHÃO, Jacinta, 2007 – Trabalhos arqueológicos, Moinho, Berlenga, 2007, IGESPAR – DAPA (relatório policopiado).
- BUGALHÃO, Jacinta e LOURENÇO, Sandra (no prelo) - Vestígios Romanos na Ilha Berlenga in *Simpósio A Costa Portuguesa no Panorama da Rota Atlântica durante a Época Romana*, Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006.
- CAIXARIA, Eduardo (Tenente de Eng.^a), 2007 – O Real Arquivo Militar, cronologia histórica e documental, 1802-1821. Lisboa: Direcção de Infra-estruturas – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 539 p.
- CALADO, Mariano, 1953 – O Forte da Berlenga, Boletim da Direcção geral dos edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 74 (Dezembro), Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- CALADO, Mariano, 1982 - Sobre a Fortaleza de S. João baptista na Berlenga, Peniche: Câmara Municipal, 15 p.
- CALADO, Mariano, 2000 - Fortificações da Região de Peniche, Almeirim.
- CUNHA, F. e VICENTE, Luís (coord.), 1997 – *Berlenga*. Reserva Natural da Berlenga, Instituto da Conservação da Natureza, Ministério do Ambiente.
- Diogo, A. M. D., 1999 – Ânforas provenientes de achados marítimos da costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2:1, p. 235-248.
- ENGENHEIRO, Fernando, 1994 – A Berlenga Grande e o seu extinto convento bem como o sucessor criado no Vale Benfeito, já no concelho de Óbidos, *A Voz do Mar*, n.º 1024 de 26 de Outubro.
- ENGENHEIRO, Fernando, 1999 – A Berlenga Grande e os donos que tem conhecido a partir do Século XV, *A Voz do Mar*, n.º 1025, de 9 de Novembro.
- FRANÇA, J. Camarate e Zbyszewski, G., 1960 – Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da Folha 26-C. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 33p.
- LOURENÇO, Sandra e BUGALHÃO, Jacinta, 2006a - Vestígios arqueológicos na ilha da Berlenga in *Jornadas de Arqueologia e Património da Região de Peniche*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche, p. 138-156.
- LOURENÇO, Sandra e BUGALHÃO, Jacinta, 2006b - As Formas de Pão de Açúcar da Ilha da Berlenga in *Mesa Redonda “A cerâmica do açúcar em Portugal na*

- Época Moderna”. Funchal: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, p. 47-61.
- LOURENÇO, Sandra e BUGALHÃO, Jacinta, 2007 – Sondagem arqueológica. Figueiras, Berlenga, 2007, IGESPAR – DAPA (relatório policopiado).
- MASCARENHAS, J.M., SOARES, J. e SILVA, C.T., 1986 - O Património Histórico-Cultural e os Estudos de Impacte Ambiental, Trabalhões de Arqueologia do Sul, 1, Évora, p. 7- 16.
- MATOS, Alfredo de, 1962 – A assistência religiosa na Fortaleza de Peniche e no Presídio da Berlenga, Voz do Mar, n.º 109, de 10 de Fevereiro.
- MONTEIRO, Paulo Alexandre, 2001 – O Arquipélago das Berlengas, Mundo Submerso, 55, p. 39-45
- PEREIRA, J.P. e MARTINS, I., 1995 - Estudos de Impacte Ambiental, a Vertente arqueológica, Al-madan, IIª Série, 4, Centro de Arqueologia de Almada, p. 87-93.
- PEREIRA, Telmo, 2006 - Prospecção dirigida para o Paleolítico e para depósitos ricos em vestígios vegetais fósseis, IPA (relatório policopiado).
- REINER, Francisco; SANTOS, Raul, 2002 - *Berlengas. A história e as estórias...* . Lisboa: Intermezzo – Audiovisuais.
- SANTOS, José de Almeida, 1994 – As Berlengas e os Piratas, Lisboa: Academia de Marinha, 19 p.
- TRINDADE, João (leitura, apresentação e notas), 1985 – Memórias históricas e diferentes apontamentos acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano de 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos. Óbidos, Imprensa Nacional Casa da Moeda / Câmara Municipal de Óbidos, p. 289.
- Sistema de Informação *Endovélico*, IPA (www.ipa.min-cultura.pt)
- Sistema de Informação do IPPAR (www.ippar.pt)
- Sistema de Informação da DGEMN (www.monumentos.pt)
- VILHENA, João Francisco, 1995 – Faróis de Portugal, Lisboa: Gradiva, 160 p.
- ZAMBUJO, Gertrudes, 2007 - Relatório final da intervenção arqueológica realizada na Gruta do Forte – Berlenga (S. Pedro, Peniche), IGESPAR - DAPA (relatório policopiado).
- ZAMBUJO, Gertrudes, 2007a - Relatório final da intervenção arqueológica realizada na Gruta do Perna Fina – Berlenga (S. Pedro, Peniche), IGESPAR - DAPA (relatório policopiado).

Levantamento patrimonial e arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas

Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço

Anexos

Cartografia